

ISSN 1806-6445

v. 11 • n. 20 • jun./dez. 2014

sur
v

20

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO



CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns Universidade de Pretoria (África do Sul)
Emilio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyid Universidade do Cairo (Egito)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

EDITORES EXECUTIVOS

Maria Brant – Editora Executiva
Thiago Amparo – Editor Convidado
Luz González – Editora Assistente

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa, Ana Cernov, Conrado Hubner Mendes,
Glenda Mezarobba, Juana Kweitel, Laura Waisbich, Lucia Nader,
Luz González, Manoela Miklos, Maria Brant, Thiago Amparo

EDIÇÃO

Luz González, Thiago Amparo, Tânia Rodrigues

REVISÃO DE TRADUÇÕES

ESPAANHOL

Carolina Fairstein, Celina Lagrutta, Erika Sanchez Saez,
Josefina Cicconetti, Laia Fargas Fursa

PORTUGUÊS

Caio Borges, Erika Sanchez Saez, Renato Barreto, Marcela Vieira

INGLÊS

Murphy McMahon, Oliver Hudson, The Bernard and Audre Rapoport
Center for Human Rights and Justice
(University of Texas, Austin), Tina Amado

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

ARTE DA CAPA

Mariana Bernd

FOTOGRAFIA DA CAPA

Renato Stockler

CIRCULAÇÃO

Beatriz Kux

IMPRESSÃO

Yangraf Gráfica e Editora Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

Alejandro M. Garro Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato CONICET / Universidade Nacional Tres de Febrero (Argentina)
Daniela Ikawa Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdes Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Fundo Árabe para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade de Amsterdam (Países Baixos)/ Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert Consórcio Global para a Transformação da Segurança (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El-Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassis Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Victor Topanou Universidade Nacional do Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <<http://conectas.org/pt/acoes/sur>>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); ISN Zurich (International Relations and Security Network); DOAJ (Directory of Open Access Journals) e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline, ProQuest e Scopus. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e A2 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

Direitos Humanos em Movimento

SUMÁRIO

LUCIA NADER, JUANA KWEITEL, & MARCOS FUCHS	7	Apresentação
PERFIL DE PEDRO PAULO POPPOVIC	11	“Não criamos a Revista Sur porque tínhamos certezas, mas porque estávamos cheios de dúvidas”
MALAK EL-CHICHINI POPPOVIC E OSCAR VILHENA VIEIRA	17	Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos no século XXI: As respostas mudam
LINGUAGEM		
SARA BURKE	27	O que uma época de protestos globais diz a respeito da eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais
VINODH JAICHAND	37	Após o estabelecimento de normas de direitos humanos, o que virá a seguir?
DAVID PETRASEK	47	Tendências globais e o futuro da defesa e promoção dos direitos humanos
SAMUEL MOYN	61	O futuro dos direitos humanos
STEPHEN HOPGOOD	71	Desafios para o Regime Global de Direitos Humanos: Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para a mudança social?
EMILIO ÁLVAREZ ICAZA	81	Os direitos humanos como meio eficaz para produzir mudanças sociais
ENTREVISTA COM RAQUEL ROLNIK	85	Sistema de Procedimentos Especiais da ONU é “controlado para não ter efeito”
ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO PINHEIRO	95	“Fora dos direitos humanos não vejo solução para atender às vítimas”
ENTREVISTA COM KUMI NAIDOO	101	“O Estado de Direito consolidou todas as injustiças que existiam antes dele”
TEMAS		
JANET LOVE	109	Estariamos despolitizando o poder econômico? A deliberada irresponsabilidade corporativa e a resposta burocrática dos defensores de direitos humanos
PHIL BLOOMER	119	Os direitos humanos são uma ferramenta eficaz para a mudança social?: Uma perspectiva sobre direitos humanos e empresas
GONZALO BERRÓN	127	Poder econômico, democracia e direitos humanos. Um novo debate internacional sobre direitos humanos e empresas
DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE	137	Problemas e desafios das organizações e redes de migrações e direitos humanos na Mesoamérica
GLORIA CAREAGA PÉREZ	147	A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto

ARVIND NARRAIN **155** Brasil, Índia, África do Sul: Constituições transformadoras e seu papel nas lutas LGBT

SONIA CORRÊA **171** Potências emergentes: Seria a sexualidade e os direitos humanos um assunto secundário?

CLARA SANDOVAL **185** Justiça de transição e mudança social

PERSPECTIVAS

NICOLE FRITZ **197** Litígio em direitos humanos na África Austral: Dificuldades em rebater opinião pública prevalecente

MANDIRA SHARMA **205** Pondo as leis em funcionamento: Experiências do *Advocacy Forum* na prevenção da tortura no Nepal

MARIA LÚCIA DA SILVEIRA **219** Direitos humanos e mudanças sociais em Angola

SALVADOR NKAMATE **225** A luta pela afirmação dos direitos humanos em Moçambique: Os avanços e os retrocessos

HARIS AZHAR **233** A luta pelos direitos humanos na Indonésia: Avanços internacionais, impasses internos

HAN DONGFANG **243** Vislumbrando um futuro democrático na China

ANA VALÉRIA ARAÚJO **253** Desafios de sustentabilidade da agenda de direitos humanos no Brasil

MAGGIE BEIRNE **263** Estaríamos jogando fora o bebê com a água do banho? A dinâmica Norte-Sul na perspectiva do trabalho em direitos humanos na Irlanda do Norte

ENTREVISTA COM MARÍA-I. FAGUAGA IGLESIAS **271** "As particularidades de Cuba nem sempre são identificadas ou compreendidas pelos ativistas de direitos humanos de outros países"

VOZES

FATEH AZZAM **279** Por que devemos ter que "representar" alguém?

MARIO MELO **289** Vozes da selva no estrado da Corte Interamericana de Direitos Humanos

ADRIAN GURZA LAVALLE **299** ONGs, direitos humanos e representação

JUANA KWEITEL **311** Experimentação e inovação em matéria de prestação de contas nas organizações de direitos humanos da América Latina

PEDRO ABRAMOVAY E HELOISA GRIGGS **329** Minorias democráticas em democracias do século 21

JAMES RON, DAVID CROW E SHANNON GOLDEN **343** Familiaridade com direitos humanos e *status* socioeconômico: Um estudo sobre quatro países

CHRIS GROVE **363** Construindo um movimento global para tornar direitos humanos e justiça social uma realidade para todos

ENTREVISTA COM MARY LAWLOR E ANDREW ANDERSON **375** "O papel das organizações internacionais deve ser apoiar os defensores locais"

FERRAMENTAS

- | | | |
|---|------------|--|
| GASTÓN CHILLIER E
PÉTALLA BRANDÃO TIMO | 385 | O movimento global de direitos humanos no século XXI: Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul |
| MARTIN KIRK | 397 | Sistemas, cérebros e lugares silenciosos: Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos |
| ROCHELLE JONES, SARAH
ROSENHEK E ANNA TURLEY | 411 | Organização de "apoio ao movimento": A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID) |
| ANA PAULA HERNÁNDEZ | 423 | Apoiando organizações locais: O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México |
| MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ | 433 | Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva. Falemos de ferramentas |
| MALLIKA DUTT E NADIA RASUL | 441 | Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital |
| SOPHEAP CHAK | 453 | Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja |
| SANDRA CARVALHO E
EDUARDO BAKER | 465 | Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos |
| ENTREVISTA COM
FERNAND ALPHEN | 477 | "Desçam do pedestal" |
| ENTREVISTA COM MARY KALDOR | 485 | "As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras" |
| ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD | 491 | Convergência para o Centro Global: "Quem define a agenda global de direitos humanos e como" |

MULTIPOLARIDADE

- | | | |
|--|------------|---|
| LUCIA NADER | 499 | Organizações sólidas em um mundo líquido |
| KENNETH ROTH | 507 | Por que acolhemos parcerias em direitos humanos |
| CÉSAR RODRÍGUEZ-GARAVITO | 515 | O futuro dos direitos humanos: Do controle à simbiose |
| DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH
E MANDEEP TIWANA | 529 | Rumo a uma sociedade civil multipolar |
| ENTREVISTA COM EMILIE M.
HAFNER-BURTON | 537 | "Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos" |
| ENTREVISTA COM MARK
MALLOCH-BROWN | 545 | "Hoje somos um mundo extremamente multipolar, mas não somente composto por Estados-nação" |
| ENTREVISTA COM SALIL SHETTY | 551 | "Organizações de direitos humanos devem colocar mais o pé no chão" ou como perdemos o bonde |
| ENTREVISTA COM
LOUISE ARBOUR | 559 | "A solidariedade Norte-Sul é fundamental" |

APRESENTAÇÃO



DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO: UM MAPA PARA O FUTURO DE UM MOVIMENTO

Lucia Nader (Diretora Executiva, Conectas)
Juana Kweitel (Diretora de Programas, Conectas)
Marcos Fuchs (Diretor Adjunto, Conectas)

A **Revista Sur** foi criada há dez anos como um veículo para aprofundar e fortalecer os vínculos entre acadêmicos e ativistas do Sul Global interessados em direitos humanos, com o objetivo de amplificar suas vozes e sua participação em organizações internacionais e debates acadêmicos. Nossa principal motivação era o fato de que, especialmente no Hemisfério Sul, os acadêmicos estavam trabalhando sozinhos e havia pouquíssimo intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países. O objetivo da revista tem sido proporcionar aos indivíduos e organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, pesquisas, análises e estudos de caso que aliem rigor acadêmico e questões de interesse prático. Estas metas ambiciosas foram atingidas com êxito, de diversas maneiras: na última década, publicamos artigos de dezenas de países sobre questões tão diversas como saúde e acesso ao tratamento médico, justiça transicional, mecanismos regionais e informação e direitos humanos, para citar alguns exemplos. Publicado em três idiomas e disponível gratuitamente on-line e impresso, nosso projeto também continua a ser o único em termos de alcance geográfico, perspectiva crítica e por seu 'sotaque' do Sul. Em homenagem ao editor fundador da revista, **Pedro Paulo Poppovic**, este 20º número conta em sua abertura com uma biografia (escrita por João Paulo Charleaux) deste sociólogo que tem sido um dos principais responsáveis pelo sucesso desta publicação.

Em diversos aspectos, esta última década também foi um sucesso para o movimento de direitos humanos como um todo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos recentemente, novos tratados internacionais foram adotados e os antigos, mas bons sistemas globais e regionais de monitoramento estão em pleno funcionamento, apesar das críticas em relação à sua eficácia e as tentativas por parte dos Estados de coibir seus poderes. A partir de uma perspectiva estratégica, continuamos a usar, com certo sucesso, *advocacy*, litígio estratégico e estratégias de nomear e envergonhar (*'naming and shaming'*) como nossas principais ferramentas de mudança. Além disso, continuamos a cultivar parcerias entre as organizações que classificamos como locais, nacionais e internacionais dentro do movimento.

No entanto, as **coordenadas políticas e geográficas**, nas quais o movimento global de direitos humanos tem operado, têm sofrido profundas alterações. Ao longo da última década, presenciamos a tomada das ruas por centenas de milhares de pessoas para protestar contra injustiças sociais e políticas. Vimos também as potências emergentes do Sul desempenharem um papel cada vez mais influente na definição da agenda global de direitos humanos. Ademais, nos últimos dez anos temos visto o rápido crescimento das redes sociais como ferramenta de mobilização e como um fórum privilegiado para o compartilhamento de informações políticas entre os usuários.

Em outras palavras, a Revista publica seu 20º número em um cenário bastante diferente daquele de dez anos atrás. Os protestos que recentemente encheram as ruas de muitos países ao redor do mundo, por exemplo, não foram organizados por movimentos sociais tradicionais, nem por sindicatos ou ONGs de direitos humanos, e as demandas das pessoas foram frequentemente expressas em termos de justiça social e não de direitos. Isto quer dizer que os direitos humanos não são mais vistos como uma linguagem eficaz à produção de mudança social? Ou que as organizações de direitos humanos têm perdido parte de sua capacidade de representar os cidadãos injustiçados? As próprias potências emergentes, apesar de sua influência internacional recém-adquirida, dificilmente foram capazes - ou tiveram vontade - de assumir posições que diferem substancialmente daquelas adotadas pelas potências "tradicionais". Como e onde as organizações de direitos humanos defendem mudanças? As ONGs sediadas no Sul estão em uma posição privilegiada para fazer isso? As ONGs com sede nas potências emergentes também têm ganhando influência em fóruns internacionais?

Precisamente com o intuito de refletir sobre estas e outras questões prementes, os editores da SUR decidiram contar, no presente 20º número, com a ajuda de mais de 50 ativistas de direitos humanos de renome e acadêmicos de 18 países, do Equador ao Nepal, da China aos EUA. Pedimos que eles refletissem sobre o que consideramos algumas das questões mais urgentes e relevantes enfrentadas pelo movimento global de direitos humanos na atualidade: 1. Quem representamos? 2. Como podemos combinar questões urgentes com impactos a longo prazo? 3. Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz à produção de mudança social? 4. Como as novas tecnologias de informação e comunicação têm influenciado o ativismo? 5. Quais são os desafios de trabalhar internacionalmente a partir do Sul?

O resultado, que agora você tem em suas mãos, é um mapa para o movimento global de direitos humanos no século 21 - que oferece um ponto de vista excepcional do qual é possível observar onde o movimento está na atualidade e para onde ele está caminhando. A primeira parada neste roteiro é uma reflexão sobre essas questões por parte dos diretores fundadores da Conectas Direitos Humanos, **Oscar Vilhena Vieira e**

Malak El-Chichini Poppovic. O roteiro continua sua jornada e inclui entrevistas e artigos, ambos fornecendo análises em profundidade sobre as questões de direitos humanos, bem como notas de campo, descrições mais personalizadas de experiências de trabalho com direitos humanos, que organizamos em seis categorias, embora a maioria delas poderia, sem dúvida, ser alocada em mais de uma categoria:

Linguagem. Nesta seção, incluímos artigos que refletem sobre a questão se os direitos humanos - como utopia, normas e instituições - ainda são eficazes à produção de mudanças sociais. Nesta seção, as contribuições variam de análises sobre os direitos humanos como uma linguagem à mudança (**Stephen Hopgood e Paulo Sérgio Pinheiro**), pesquisas empíricas sobre o uso da linguagem de direitos humanos para articular queixas em grandes protestos recentes (**Sara Burke**), a reflexões sobre o papel normativo e eficácia das instituições internacionais de direitos humanos (**Raquel Rolnik, Vinodh Jaichand e Emilio Álvarez Icaza**). A seção também conta com estudos sobre as tendências globais da evolução do movimento (**David Petrasek**), desafios à ênfase do movimento na proteção do Estado de Direito (**Kumi Naidoo**) e propostas estratégicas para melhor garantir um compromisso entre utopia e realismo em relação aos direitos humanos (**Samuel Moyn**).

Temas. Nesta seção incluímos contribuições que abordam temas específicos de direitos humanos de um ponto de vista original e crítico. Quatro temas foram analisados: poder econômico e responsabilidade corporativa por violações de direitos humanos (**Phil Bloomer, Janet Love e Gonzalo Berrón**); políticas sexuais e direitos LGBTI (**Sonia Corrêa, Gloria Careaga Pérez e Arvind Narrain**); migração (**Diego Lorente Pérez de Eulate**); e, por último, justiça de transição (**Clara Sandoval**).

Perspectivas. Esta seção abrange temas específicos de cada país, principalmente notas de ativistas de direitos humanos em campo. Essas contribuições vêm de diversos locais como Angola (**Maria Lúcia da Silveira**), Brasil (**Ana Valéria Araújo**), Cuba (**María-I. Faguaga Iglesias**), Indonésia (**Haris Azhar**), Moçambique (**Salvador Nkamate**) e Nepal (**Mandira Sharma**). Mas todas compartilham uma perspectiva crítica sobre os direitos humanos, incluindo, por exemplo, uma visão cética sobre a relação entre o litígio e a opin-

ião pública na África do Sul (**Nicole Fritz**), uma visão provocativa sobre o futuro democrático da China e sua relação com os direitos trabalhistas (**Han Dongfang**), e uma análise instigante da dualidade Norte-Sul a partir da Irlanda do Norte (**Maggie Beirne**).

Vozes. Nesta seção, os artigos abordam o cerne da questão de quem o movimento mundial de direitos humanos representa. **Adrian Gurza Lavalle** e **Juana Kweitel** destacam a pluralização da representação e formas inovadoras de responsabilização adotadas por ONGs de direitos humanos. Outros autores estudam a pressão por mais representação ou uma voz mais forte nos mecanismos internacionais de direitos humanos (como no Sistema Interamericano, relatado por **Mario Melo**) e nas instituições de representação, como legislaturas nacionais (analisadas por **Pedro Abramovay** e **Heloisa Griggs**). Por sua vez, **Chris Grove**, bem como **James Ron**, **David Crow** e **Shannon Golden** enfatizam, em suas contribuições, a necessidade de um link entre as ONGs de direitos humanos e grupos de base, incluindo populações economicamente desfavorecidas. Como contraponto, **Fateh Azzam** questiona a necessidade dos ativistas de direitos humanos representar alguém, discordando da crítica que as ONGs são excessivamente dependentes dos financiadores. Por fim, **Mary Lawlor** e **Andrew Anderson** descrevem os esforços feitos por uma organização do Norte para atender as necessidades dos defensores locais de direitos humanos como eles, e mais ninguém, as definem.

Ferramentas. Nesta seção, os editores incluíram contribuições que tratam dos instrumentos utilizados pelo movimento global de direitos humanos na realização de seu trabalho. Isso inclui um debate sobre o papel da tecnologia na promoção de mudanças (**Mallika Dutt** e **Nadia Rasul**, bem como **Sopheap Chak** e **Miguel Pulido Jiménez**) e perspectivas sobre os desafios das campanhas de direitos humanos, o que é analisado de forma provocativa por **Martin Kirk** e **Fernand Alphen** em suas respectivas contribuições. Outros artigos apontam à necessidade das organizações serem mais fundamentadas em contextos locais, como observado por **Ana Paula Hernández** em relação ao México, por **Louis Bickford** no que ele considera como uma convergência ao Centro Global, e, por fim, por **Rochelle Jones**, **Sarah Rosenhek** e **Anna Turley** em seu modelo de movimento de

apoio. Além disso, é destacado por **Mary Kaldor** que as ONGs não são o mesmo que a sociedade civil, propriamente dita. Ademais, ações de litígio e de atuação internacional são analisadas criticamente por **Sandra Carvalho** e **Eduardo Baker** tratando inclusive do dilema entre estratégias de longo e curto prazo no sistema interamericano. Por fim, **Gastón Chillier** e **Pétalla Brandão Timo** analisam a cooperação Sul-Sul do ponto de vista de uma ONG nacional de direitos humanos na Argentina.

Multipolaridade. Nesta seção, os artigos desafiam nossas formas de pensar sobre poder no mundo multipolar em que vivemos atualmente, com contribuições dos diretores de algumas das maiores organizações internacionais de direitos humanos de todo o mundo com sede no Norte (**Kenneth Roth** e **Salil Shetty**) e no Sul (**Lucia Nader**, **César Rodríguez-Garavito**, **Dhananjayan Sriskandarajah** e **Mandeep Tiwana**). Esta seção também discute o que significa multipolaridade em relação aos Estados (**Emilie M. Hafner-Burton**), organizações internacionais e da sociedade civil (**Louise Arbour**) e empresas (**Mark Malloch-Brown**).

Conectas espera que este número fomente o debate sobre o futuro do movimento global de direitos humanos no século 21, permitindo que ele se reinvente como é necessário para oferecer uma melhor proteção aos direitos humanos no terreno.

Gostaríamos de enfatizar que este número da Revista Sur só foi possível graças ao apoio da Fundação Ford, Open Society Foundations, Oak Foundation, Sigrid Rausing Trust, International Development Research Centre (IDRC, na sigla em inglês) e Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA, no original em inglês).

A Conectas Direitos Humanos é especialmente grata pela colaboração dos autores e da equipe da organização, especialmente de **Laura Dauden**, **João Paulo Brito** e **Laura Waisbich**. Também gostaríamos de agradecer a **Maria Brant** e **Manoela Miklos** por conceber este número e pela a realização da maioria das entrevistas, e a **Thiago Amparo** por se juntar à equipe editorial e tornar este número possível. Por fim, mas não menos importante, somos extremamente gratos a **Luz González** por seu incansável trabalho de edição das contribuições recebidas, e a **Ana Cernov** pela coordenação do processo editorial como um todo. Obrigado a todos e todas!



sur

Direitos Humanos em Movimento

Ferramentas

GASTÓN CHILLIER E PÉTALLA BRANDÃO TIMO

O movimento global de direitos humanos no século XXI:

Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul

MARTIN KIRK

Sistemas, cérebros e lugares silenciosos:

Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos

ROCHELLE JONES, SARAH ROSENHEK E ANNA TURLEY

Organização de "apoio ao movimento":

A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID)

ANA PAULA HERNÁNDEZ

Apoiando organizações locais:

O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México

MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ

Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva.

Falemos de ferramentas

MALLIKA DUTT E NADIA RASUL

Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital

SOPHEAP CHAK

Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja

SANDRA CARVALHO E EDUARDO BAKER

Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos

ENTREVISTA COM FERNAND ALPHEN

"Desçam do pedestal"

ENTREVISTA COM MARY KALDOR

"As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras"

ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD

Convergência para o Centro Global:

"Quem define a agenda global de direitos humanos e como"



SOPHEAP CHAK

Sopheap Chak é diretora executiva do *Cambodian Center for Human Rights (CCHR)*, possui graduação em Relações Internacionais e Economia, e mestrado em Estudos sobre Paz Internacional pela Universidade Internacional do Japão. Como liderança cambojana e blogueira em direitos humanos, ela colabora com *Future Challenges* e com *Global Voices Online*.

Email: chaksopheap@cchrcambodia.org

RESUMO

Este artigo analisa o impacto das novas TIC (tecnologias de informação e comunicação) no ativismo no Camboja e seus efeitos nas organizações de direitos humanos, baseando-se em experiências da CCHR - *Cambodian Center for Human Rights*. Inicialmente examina o contexto das novas TIC e a situação da liberdade de expressão no Camboja. Posteriormente, é avaliado o impacto das novas TIC no país, em especial, o impacto sobre o ativismo. É então abordado o papel das organizações de direitos humanos na era da mídia digital e, finalmente, é cogitado o futuro do ativismo online no Camboja. Essencialmente, este artigo sustenta que, enquanto permanece a necessidade crucial das organizações de direitos humanos se engajarem em formas tradicionais de ação, as TIC moldaram uma nova era de ativismo online, à qual as organizações devem responder.

Original em inglês. Traduzido por Akemi Kamimura.

Recebido em março de 2014.

PALAVRAS-CHAVE

TIC – Direitos humanos – Ativismo on-line – Liberdade de expressão – Acesso à informação – Camboja



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.

Este artigo está disponível *online* em <http://conectas.org/pt/acoes/sur>.

INFLUÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ATIVISMO NO CAMBOJA

Sopheap Chak

1 Introdução

As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) são cada vez mais reconhecidas como tendo uma influência potencialmente positiva sobre o ativismo no mundo em desenvolvimento. Isto é particularmente verdadeiro para o Camboja, onde as formas tradicionais de mídia são rigorosamente censuradas e as liberdades fundamentais frequentemente negadas. A crescente penetração da internet e o desenvolvimento de novas TIC têm contribuído para o aumento da participação da juventude no ativismo social, político e econômico. Embora as TIC ainda não estejam disponíveis para todos, elas são essenciais, proporcionando o necessário acesso à informação, recursos e a mais ampla comunidade internacional.

No Camboja, o ativismo online como uma forma de engajamento é fundamental tendo em vista a falta de educação cívica e abusos generalizados de direitos humanos. Governado por um dos mais antigos líderes no poder no mundo, o país sofre com generalizadas apropriações de terras por poderosas elites, supressão dos direitos de trabalhadores e excessos das forças de segurança para reprimir distúrbios. Embora o Camboja tenha uma das mais baixas taxas de penetração da internet no Sudeste da Ásia, os cidadãos marginalizados estão cada vez mais utilizando o ativismo online para confrontar esses abusos. Apesar das preocupações de que a censura da internet possa se tornar uma realidade, o ativismo online continuará a desempenhar um papel importante no país.

Embora as novas TIC tenham um impacto altamente positivo no ativismo online, há também efeitos nas organizações de direitos humanos, tais como o *Cambodian Center for Human Rights* (CCHR), uma organização não-governamental independente, que trabalha para promover e proteger a democracia e o respeito pelos direitos humanos em todo o Camboja. As novas TIC também têm impactado os métodos e táticas tradicionalmente empregados por outras organizações. Tal

Ver as notas deste texto a partir da página 463.

como acontece com ativistas individuais, as organizações de direitos humanos também desfrutam dos benefícios de novas TIC e da velocidade e eficiência com que a informação pode ser compartilhada. No entanto, especialmente em países em desenvolvimento onde as TIC não são disponíveis para todos, as organizações precisam ter em mente a importância de formas tradicionais de ação, assim como considerar os riscos envolvidos na comunicação online.

Este artigo procura explorar o efeito que as novas TIC têm tido sobre o ativismo no Camboja. A primeira seção discute o contexto das TIC no país e a segunda, o impacto que as novas TIC têm tido sobre os direitos humanos, sociais e ativismo político. A terceira seção examina o papel das organizações de direitos humanos no contexto de ativismo digital, enquanto a conclusão considera o futuro do ativismo online no Camboja.

2 TIC no Camboja

2.1 Acesso às TIC limitado, mas em rápido crescimento

A convulsão social e política na turbulenta história do Camboja tornaram impossível os esforços iniciais de utilização das novas TIC; o Khmer Vermelho destruiu a infraestrutura vital do país, inclusive de telecomunicações. No entanto, nos últimos anos, o governo tem sido proativo em permitir ao setor privado o fornecimento de serviços de telefonia móvel. Um relatório de 2004 da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico das Nações Unidas observou que o Camboja se tornou o primeiro país do mundo a ter mais celulares que telefones fixos (UNITED NATIONS, 2004, p. 60). Esses esforços tiveram um efeito considerável: de acordo com o Ministério dos Correios e Telecomunicações, as assinaturas de telefonia móvel ultrapassaram 20 milhões em 2012, superando a população de aproximadamente 15 milhões (RENZENBRINK, 2013).

Embora o Camboja sofra com uma das mais baixas taxas de penetração da internet no Sudeste da Ásia, houve uma rápida proliferação de usuários de internet nos últimos anos, especialmente desde o surgimento de serviços de banda larga sem fio em 2006. De acordo com estimativas recentes, 18% da população tem acesso e utiliza a internet, um aumento de 17,5% em relação a 2009 (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2013a, p. 1). O aumento do acesso à internet resulta em maior acesso às mídias sociais e novas mídias, ferramentas para o ativismo online. Camboja tem cerca de 1,12 milhões de usuários do Facebook, com 1.100 novos usuários a cada dia (SOCIAL MEDIA CAMBODIA, 2014). Embora alguns fatores, tais como cambojanos com múltiplas contas de Facebook e estrangeiros residentes no país, sem dúvida distorçam esses números, as estatísticas indicam que uma proporção crescente de cambojanos tem acesso às mídias sociais, da qual 50% têm entre 18 e 24 anos (SOCIAL MEDIA CAMBODIA, 2014). Embora menos popular do que o Facebook no Camboja, o Twitter também tem contribuído para o crescente ativismo online e foi usado durante as eleições gerais de 2013 e protestos posteriores para rapidamente difundir informações.

Apesar de tais estatísticas animadoras, ainda há um enorme fosso digital entre áreas urbanas e rurais. Somando-se aos custos envolvidos na compra de equipamentos

técnicos, a falta de eletricidade e de acesso a computador significa que o acesso às novas TIC é bastante concentrado nos centros urbanos. Essa é uma questão importante, tendo em vista que 79,8% da população do Camboja é rural (UN DATA, 2014). No entanto, devido ao preço acessível de telefones celulares, os habitantes da maioria das áreas rurais e atingidas pela pobreza no Camboja estão cada vez mais usando a tecnologia de mensagens de texto. Além disso, a crescente popularidade dos *smartphones* e a expansão gradual da cobertura 3G no país permitem que muitos daqueles em áreas remotas possam acessar a internet, sem o custo de comprar um computador.

2.2 *Mídia tradicional bloqueada*

Novas TIC são cruciais para o Camboja, considerando o forte controle do governo sobre as formas tradicionais de mídia. A censura rigorosa é comum, apesar das garantias do direito à liberdade de expressão no direito cambojano e internacional. O artigo 41 da Constituição do Camboja afirma especificamente que todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão e, em 1992, o Camboja ratificou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

As leis que regulam os meios de comunicação no Camboja são vagas, aplicadas de forma desigual e sufocam o direito à liberdade de expressão (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2014a, p. 4). Jornais, emissoras de rádio e televisão requerem uma licença do Ministério de Informação, efetivamente fornecendo ao governo a jurisdição total sobre essas mídias. Em 2012, o relatório do *Committee for Free and Fair Elections in Cambodia* (COMFREL) confirmou que todas as onze emissoras de TV e mais de 100 estações de rádio são de propriedade do próprio governo ou de filiados ao partido no poder (THE COMMITTEE FOR FREE AND FAIR ELECTIONS IN CAMBODIA, 2012, p. 30). Apenas quatro estações de rádio independentes foram identificadas.¹ Da mesma forma, a *Freedom House* chegou a conclusões semelhantes quanto aos jornais de língua khmer, considerando a imprensa do Camboja como “não-livre” (FREEDOM HOUSE, 2013a). Essa censura rigorosa torna as novas TIC os únicos meios de acesso a opiniões dissidentes e livres de influência do poder executivo.

2.3 *Novas mídias: um espaço para proteger da censura*

Ao contrário da mídia tradicional, as novas mídias no Camboja gozam de relativa liberdade, especialmente considerando outros países da região, como Tailândia e Mianmar, notórios pela censura na internet. No entanto, apesar dessa relativa liberdade e da *Freedom House* considerar a internet no Camboja como “parcialmente livre” (FREEDOM HOUSE, 2013b), o governo tem feito tentativas esporádicas de controlar o uso da internet. Por exemplo, em novembro de 2012, o governo emitiu uma circular exigindo o fechamento de todos os cibercafés a 500 metros de estabelecimentos de ensino - efetivamente todos os cibercafés existentes. A proibição proposta acabou sendo revertida em dezembro de 2012 devido ao clamor popular.

Também é relatado que o governo tem rotineiramente solicitado aos Provedores de Serviços de Internet (ISP) o bloqueio de determinados sites, em especial aqueles críticos ao governo, como o blog *Khmerization*, que é inacessível em determinados

provedores. Além disso, em dois casos, pessoas foram ameaçadas de serem processadas por difamação por criticar a polícia no Facebook.² Mais recentemente, Duong Zorida, atriz e apresentadora de TV, foi condenada sob a acusação de difamação devido a uma discussão no Facebook com outra proprietária de salão. Esse caso ressalta a disposição dos tribunais para criminalizar o conteúdo online (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2014b, p. 3). A possibilidade de prisão pode levar alguns blogueiros e usuários de mídia social à autocensura devido ao medo de represálias (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2013c, p. 3).

Outro motivo de preocupação é a iminente lei de crimes na internet, a primeira dessa categoria no Camboja, anunciada em maio de 2012 e susceptível de ser aprovada no primeiro semestre de 2014. De acordo com o governo, a lei está sendo elaborada unicamente para proteger os usuários de internet de hackers e da destruição de dados online, em conformidade com orientações da União Europeia. No entanto, foram negadas as solicitações da sociedade civil para analisar o projeto a fim de assegurar que não interfira no direito à liberdade de expressão (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2014b, p. 1) e há preocupações de que a lei será usada como mais uma ferramenta a serviço da censura praticada pelo governo, sobretudo pelo fato de o vice-primeiro-ministro Sok An dizer que a lei foi redigida para pôr fim à difusão de “informações falsas”.

3 Impacto das TIC no Camboja

Novas TIC oferecem uma ampla gama de oportunidades para defender a democracia e os direitos humanos. A comunicação digital tem o potencial de melhorar a transparência e a prestação de contas, uma vez que os indivíduos são capazes de acessar informações mais fácil e rapidamente; compartilhar informações sobre violações de direitos humanos e os métodos de resistência; expressar suas preocupações; e acessar uma audiência internacional mais ampla (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2012, p. 14).

3.1 Acesso e compartilhamento de informações diversas e independentes

As novas TIC têm o potencial de influenciar o ativismo através da capacidade de compartilhar e acessar informações instantaneamente. A internet oferece aos usuários acesso a uma riqueza de conhecimentos e recursos. Todos os grandes jornais e programas de rádio no Camboja têm websites completos, em que transmissões, artigos e vídeos podem ser acessados. Eles também estão frequentemente ligados a plataformas de mídias sociais como o Facebook, Twitter e YouTube, por meio dos quais mais notícias são disseminadas. Isso também vale para os jornais independentes, como *The Cambodia Daily* e *The Phnom Penh Post*, permitindo aos usuários de internet maior acesso à informação imparcial.

Além disso, os avanços nos telefones celulares e outros dispositivos com capacidade de vídeo e fotografia permitiram aos ativistas online documentarem e registrarem as violações de direitos humanos e compartilhá-las online. Uma vez

que essa informação é disseminada, tem o potencial de se tornar viral, o que é impossível evitar (KHOURY, 2011, p. 80-83). Esse fenômeno tem se tornado cada vez mais recorrente no Camboja e violações são frequentemente postadas na internet. Surya P. Subedi, Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos no Camboja, observou: “o acesso a vídeos online de incidentes de tiros e despejos forçados aumentou [...] na medida em que tem progredido o uso das mídias sociais e a capacidade de gravar tais incidentes e prontamente exibi-los na internet” (UNITED NATIONS, 2012, p. 49).

Um exemplo notável é o venerável Luon Sovath, um monge budista cambojano que tem documentado com sucesso violações dos direitos humanos em todo o país usando seu telefone celular. Apesar de ser regularmente ameaçado e até mesmo detido, Sovath, também conhecido como o “monge multimídia”, tornou-se uma presença de destaque em grandes protestos sobre terras e despejos. Em 2009, quando as autoridades locais despejaram à força moradores de suas casas na província de Siem Reap, Sovath captou em seu celular vídeo da polícia atirando em moradores indefesos e submeteu a filmagem para uma ONG local de direitos humanos (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2013b, p. 24). É difícil negar essas provas colhidas, o que reforça a responsabilização pelas violações.

3.2 Mobilização e organização da oposição

O principal efeito das novas TIC sobre o ativismo no Camboja é que elas têm sido usadas como uma ferramenta de organização eficaz. Como observado anteriormente, a maioria dos cambojanos - mesmo aqueles que vivem em áreas rurais - possuem telefones celulares; assim, o SMS tornou-se um meio generalizado de comunicação no Camboja e está se tornando uma ferramenta indispensável de advocacy.

A organização eficaz através das mídias sociais foi evidenciada durante o período de preparação para as eleições gerais de 2013. Apesar de ter recursos limitados, o Partido para o Resgate Nacional do Camboja (CNRP, em inglês), por meio das mídias sociais, foi capaz de reunir vastas multidões para defender a mudança política. De acordo com Mu Sochua, parlamentar do CNRP, “todos os dias foram mobilizados de 85 a 90 por cento da juventude [CNRP] nas áreas urbanas, e todos organizados no Facebook” (WILLEMYSNS, 2013). Apesar das alegações de irregularidades eleitorais, a oposição obteve ganhos significativos na Assembleia Nacional, conquistando 55 de 123 assentos, provavelmente devido à sua estratégia de organização.

3.3 Produzindo novas formas de ativismo

Camboja tem uma comunidade de blogs em expansão, conhecido como “cloggers”, que utilizam blogs para o exercício das liberdades que são negadas na mídia convencional. Salientando a difusão dos blogs no Camboja, em 2012 ocorreu o BlogFest Ásia, que foi organizado em Siem Reap (BLOGFEST ASIA, 2012). Além disso, devido ao desenvolvimento tardio do *Khmer Unicode* (fonte de computador para a língua khmer), a maioria dos blogs no Camboja continuam a ser escritos em inglês, proporcionando maior acessibilidade para a comunidade internacional.

As formas comuns de protestos online são os blogs de campanha e petições online, que se tornaram uma ferramenta de advocacy popular. No Camboja, o renomado blog “*Save Boeung Kak*” disponibiliza atualizações sobre o desenvolvimento no Lago Boeung Kak em Phnom Penh, onde tem ocorrido inúmeras violações de direitos à terra. Além disso o blog convida os visitantes a assinar uma petição exigindo uma compensação para as vítimas do despejo, assim como a suspensão de contínuas violações do direito à terra no Camboja (SAVE BOEUNG KAK, 2014).

No Camboja, as redes de computadores e o anonimato da internet levaram a uma outra forma, mais controversa, de ativismo dirigido ao governo, conhecido como “hacktivismo”. Esses ataques tem sido liderados por *Anonymous Cambodia*, uma ramificação da conhecida rede internacional. No dia 15 de setembro de 2013, *Anonymous Cambodia* “declarou guerra” ao partido no poder em resposta a violentos confrontos pós-eleitorais. Eles já lançaram numerosos ataques distribuídos de negação do serviço (DDoS, *Distributed Denial of Service*) contra vários sites do governo. Embora o hacktivismo como uma forma eficaz ou mesmo legal de ativismo tem sido amplamente debatido na literatura, isso nos leva a considerar como a tecnologia transforma o ativismo transnacional “comum” (WONG; BROWN, 2013, p. 1016).

Apesar de a mídia digital no Camboja ainda ser largamente utilizada para fins de entretenimento, nos últimos anos as TIC têm tido um impacto crescente sobre o ativismo online. Nesse contexto, muitos comentaristas já questionaram se o Camboja verá sua própria “Primavera”. Escrevendo para Al Jazeera, o ex-presidente da CCHR, Ou Virak, argumenta que:

Todos os ingredientes necessários [para uma “primavera”] estão presentes. Primeiro, há uma das populações mais jovens do mundo [...] Em segundo lugar, uma urbanização muito rápida tem ocorrido ao longo da última década [...] com o crescimento econômico, ampla disponibilidade de smartphones baratos, cobertura de internet e mais de um milhão de usuários do Facebook, os cidadãos cambojanos estão cada vez mais ansiosos para se expressarem.

(VIRAK, 2014)

Embora ele conclua que o Camboja não esteja completamente pronto para uma “primavera”, a presença dos fatores “necessários” para tal evento indica o enorme potencial de impacto das novas TIC e novas mídias para o país no futuro, visto que o acesso a tais tecnologias continua a aumentar.

4 O papel das organizações de direitos humanos na era das novas mídias

Como relatado anteriormente, as novas TIC permitiram aos jovens cambojanos acessarem e compartilharem informações sobre violações de direitos humanos e apoiarem publicamente mudanças. Tendo em vista que os indivíduos agora podem acessar informações e se organizar de forma autônoma por meio de redes sociais, o papel das organizações de direitos humanos neste contexto de mudança deve ser criticamente reexaminado.

4.1 *Novas oportunidades para defesa dos direitos humanos*

As TIC e a internet em particular têm permitido às ONGs divulgarem informações e enfatizarem as violações de direitos humanos com rapidez para um público mais amplo. A CCHR, por exemplo, divulga todas suas publicações nos sites da CCHR e da *Sithi* e através das mídias sociais para seus 126 mil fãs no Facebook e 3.869 seguidores no Twitter.³ Compartilhar informações através das mídias sociais também permite às organizações atingir um público internacional. Entre os seguidores da CCHR no Facebook, 63% são do Camboja, 13,4% da Indonésia, 7,3% do Vietnã e 2,8% de Laos.⁴ Além de utilizar as mídias sociais, o Projeto da CCHR de Defensores de Direitos Humanos criou um aplicativo para smartphone que serve como uma fonte de informação jurídica que fornece fichas técnicas, análise de casos, guias de passo-a-passo e respostas a perguntas frequentes sobre as mais graves ameaças legais à sociedade civil. O compartilhamento de informações online não só garante que isso atinja um público maior, mas também permite a redução de gastos dentro de uma organização: em vez de ser impresso, pode ser compartilhado online. Além disso, blogs e mídias sociais permitem que uma maior audiência online se envolva ativamente com organizações de direitos humanos, visto que os usuários de mídias sociais podem facilmente compartilhar petições e comentários em posts. Isso também permite aos seguidores terem uma experiência interativa com organizações que sejam capazes de responder aos comentários.

Com o advento do ativismo online, existe agora um espaço para organizações de direitos humanos fornecerem capacitação para ativistas online. CCHR adaptou-se para atender a essa necessidade com o *Sithi Hub*, um espaço físico que proporciona uma plataforma em que jovens inovadores e defensores de direitos humanos podem convergir, compartilhar ideias e trocar informações sobre a utilização das TIC para os direitos humanos. CCHR também capacita membros do *Sithi Hub* por meio de atividades de treinamento e formação relacionadas com as novas TIC e ferramentas para registro e compartilhamento de informações sobre direitos humanos. Por exemplo, em dezembro de 2013, os membros do *Sithi Hub* receberam treinamento sobre estratégias de uso do Facebook para os direitos humanos. Jovens ativistas também podem baixar recursos de TIC para aprimorar sua capacidade, como o *Social Media Best Practices Booklet for Activists* (SITHI HUB, 2013).

4.2 *Deficiências das TIC*

Com a velocidade em que a informação é agora difundida online e via SMS, declarações e comunicados de imprensa emitidos por organizações de direitos humanos já não são notícias de última hora. No entanto, a rapidez com que a informação é compartilhada gera um risco de imprecisão. Por exemplo, em fevereiro de 2014, durante uma audiência para determinar a fiança para 21 trabalhadores e defensores de direitos humanos que foram presos no mês anterior durante os protestos de trabalhadores do setor vestuário, um indivíduo tuitou que todos seriam soltos antes mesmo do julgamento pelos juízes, quando na verdade não foi concedida fiança a nenhum. Como as pessoas confiaram naquele que tuitou a informação, essa informação incorreta foi retuitada várias vezes. É importante observar que a informação compartilhada online muitas vezes pode não

ser confiável, e ainda há uma necessidade de relatórios e análises para averiguação mais aprofundada e detalhada por organizações de direitos humanos.

Além disso, embora o Facebook e outras formas de mídia digital sejam eficazes na divulgação de informações, eles não podem substituir a construção de um movimento e planejamento estratégico (VIRAK, 2014). O ativismo deve ser tomado como um todo; não deve haver nenhuma diferenciação entre ativismo tradicional e digital, eles devem aprimorar um ao outro (KHOURY, 2011, p. 84), ao invés de tornar o outro redundante. Como tal, a CCHR utiliza ambas formas de ação, tradicionais e novas, para garantir o maior impacto possível. Por exemplo, CCHR ainda usa a radiodifusão como uma forma eficaz de alertar sobre questões de direitos humanos que afetam pessoas em todo o país; estima-se que as sete estações de rádio utilizadas pela CCHR têm um público potencial combinado de até 85% da população do Camboja (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2012, p. 7).

Também é vital que as organizações considerem quem se beneficia com suas ações. Formas tradicionais de ação da CCHR, centradas na produção de relatórios detalhados e análises, são necessárias e úteis para profissionais, acadêmicos e outras ONGs, mas não são tão úteis para engajar o público em geral. Por outro lado, as mais recentes formas de ação da CCHR, como o compartilhamento de vídeos, folhetos e fichas informativas via mídias sociais, não só garante o engajamento, mas também que informações vitais sejam divulgadas a um público muito mais amplo.

Além disso, organizações de direitos humanos devem considerar as consequências e os riscos envolvidos com a utilização das TIC e refletir sobre como elas podem ajudar a aumentar a segurança online de ativistas. Meios digitais de comunicação não podem garantir que informações sensíveis relacionadas a violações de direitos humanos e potenciais perpetradores permaneçam privadas e seguras, especialmente quando usadas por ativistas que podem ter sido alvo de vigilância por parte das autoridades. Embora os ativistas no Camboja considerem sua segurança física, a segurança digital é muitas vezes esquecida. Assim, é necessário que as organizações forneçam sensibilização e formação sobre como proteger comunicações e armazenamento de dados digitais sensíveis.

Por fim, junto com uma crescente utilização da internet e mídias sociais vem o potencial de rápida propagação de ameaças e discursos ofensivos ou racistas, graças ao anonimato oferecido pela internet. Por exemplo, o Presidente da CCHR Ou Virak recebeu ameaças de morte depois que a CCHR divulgou uma carta aberta online que condenou os comentários depreciativos feitos em um discurso do líder do CNRP Sam Rainsy em relação às mulheres e à comunidade vietnamita no Camboja. O anonimato da internet e de mídias sociais possibilitou racistas ferrenhos transmitirem com velocidade alarmante suas opiniões xenófobas em reação à carta e levou a uma campanha de difamação pessoal contra Virak.

5 Conclusão

O avanço das novas TIC no Camboja teve um efeito mobilizador entre uma população em grande parte jovem em um ambiente marcado por abusos generalizados de direitos humanos. A internet permitiu que os cambojanos defendam mudanças ativamente online através de várias formas, incluindo blogs, petições online e hacktivism. As

novas mídias têm fortalecido os cidadãos para acessarem informação, expressarem-se, e participarem do debate público mais do que nunca (UNITED NATIONS IN CAMBODIA, 2011). O efeito das TIC sobre o ativismo online tem o potencial de quebrar as barreiras tradicionais e alcançar novas fronteiras para liberdade de expressão (CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS, 2013b, p. 22).

O futuro do ativismo online no Camboja enfrenta vários desafios, sendo o maior deles a iminência da Lei de Crimes na internet, que tem o potencial de violar gravemente o direito dos cidadãos à liberdade de expressão e proporcionar ao governo uma base jurídica para reprimir ativistas online. Além disso, para o ativismo online avançar é de grande importância que o fosso digital entre as áreas urbanas e rurais seja superado. Isso é particularmente verdadeiro quando se considera que muitas das mais graves violações de direitos humanos, especialmente aquelas relacionadas à terra, ocorrem em áreas rurais remotas.

Embora seja difícil medir os impactos tangíveis da utilização de TIC sobre os direitos humanos, pode-se dizer que, a julgar pela proliferação de usuários do Facebook no Camboja, é inegável que as TIC e mídias sociais desempenham um papel intrínseco na vida de muitos jovens cambojanos. Assim, a comunidade de direitos humanos não pode ignorar o enorme potencial das TIC como instrumento de advocacy; se as organizações desejam avançar, elas devem garantir que sejam adotadas estratégias que apoiem e aumentem a capacidade dos ativistas online.

REFERÊNCIAS

Bibliografia e outras fontes

- ABBOTT, Jason. 2013. Introduction: Assessing the Social and Political Impact of the Internet and New Social Media in Asia. *Journal of Contemporary Asia*, Kentucky, v. 43, n. 4, p. 579-590. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00472336.2013.785698#.UxGWwFTV9Ds>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- BLOGFEST ASIA. 2012. Bloggers Discuss Internet Freedom at 2012 BlogFest in Cambodia. Siem Reap. Disponível em: <<http://2012.blogfest.asia/>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- BROWN, Peter; WONG, Wendy. 2013. E-Bandits in Global Activism: WikiLeaks, Anonymous, and the Politics of No One. *Perspectives on Politics*, Washington, v. 11, n. 4, p. 1015-1033. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=9122029>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- CAMBODIAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS. 2012. *New Media and the Promotion of Human Rights in Cambodia*. Phnom Penh. Disponível em: <http://www.cchrcambodia.org/admin/media/report/report/english/2012_07_24_New_Media_and_the_Promotion_of_Human_Rights_in_Cambodia_ENG.pdf>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- _____. 2013a. *Freedom of Expression and Internet Censorship in Cambodia*. Phnom

- Penh, Apr. Disponível em: <<http://www.cchrcambodia.org/admin/media/analysis/analysis/english/2013-04-29-Internet-Censorship-Briefing-Note-eng.pdf>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- _____. 2013b. **Repression of Expression: The state of free speech in Cambodia.** Phnom Penh. Disponível em: <http://www.cchrcambodia.org/admin/media/report/report/english/2013_09_19_CCHR_FoEx_Report_Repression_of_Expression_The_State_of_Free_Speech%20in_Cambodia_EN.pdf>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- _____. 2013c. **Policy Brief: Freedom of Expression in the Kingdom.** Phnom Penh, Dec. Disponível em: <http://www.cchrcambodia.org/admin/media/analysis/analysis/english/Policy_Brief_Freedom_of_Expression_in_the_Kingdom_eng.pdf>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- _____. 2014a. **Media regulation and freedom of expression in Cambodia.** Phnom Penh, Feb. Disponível em: <http://www.cchrcambodia.org/admin/media/analysis/analysis/english/2014_02_13_CCHR_Briefing_Note_Media_Regulation_in_Cambodia_ENG.pdf> Último acesso em: 4 mar. 2014.
- _____. 2014b. **Cyber Laws: Tools for Protecting or Restricting Freedom of Expression?** Phnom Penh, Feb. Disponível em: <http://www.cchrcambodia.org/index_old.php?url=media/media.php&p=analysis_detail.php&anid=51&cid=5>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- CHAK, Sopheap. 2010. Mobile Technology Gives Cambodians a Voice. **Sopheap Focus.** Disponível em: <<http://sopheapfocus.com/index.php/2010/04/mobile-technology-gives-cambodians-a-voice/>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- EQUAL ACCESS. 2014. **Country Programs: Cambodia.** San Francisco. Disponível em: <<http://www.equalaccess.org/country-programs/cambodia/>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- FREEDOM HOUSE. 2013a. **Cambodia: Freedom of the Press 2013.** Washington. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-press/2013/cambodia#.Uw66qPR_tWt>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- _____. 2013b. **Cambodia: Freedom on the Net 2013.** Washington. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-net/2013/cambodia#.Uw7C2fR_tWt>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- KHOURY, Doreen. 2011. Social media and the revolutions: How the internet revived the Arab public sphere and digitalized activism. **Perspectives special issue**, New York, p. 80-85. Disponível em: <http://lb.boell.org/sites/default/files/perspectives_-_issue_2.pdf>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- PALATINO, Mong. 2012. Cambodia's "War" On Internet Cafes. **The Diplomat**, Tokyo, 27 Dec. 2012, ASEAN Beat. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2012/12/cambodias-war-on-internet-cafes/>>. Último acesso em: 4 mar. 2014.
- RENZENBRINK, Anne. 2013. Investment options for Cambodian telcos. **The Phnom Penh Post**, Phnom Penh, 20 Feb. Business. Disponível em: <<http://www.phnompenhpost.com/business/investment-options-cambodian-telcos>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- SAVE BOEUNG KAK. 2014. **Save Boueng Kak Campaign: Join us!** Phnom Penh. Disponível em: <<http://saveboeungkak.wordpress.com/>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- SITHI. 2014. **Sithi Hub.** Phnom Penh. Disponível em: <<http://sithi.org/hub/index.php?ln=en>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.

- SOCIAL MEDIA CAMBODIA. 2014. In **Cambodia?**. Disponível em: <<http://www.socialmediacambodia.com/>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- THE COMMITTEE FOR FREE AND FAIR ELECTIONS IN CAMBODIA. 2012. **Final Assessment and Report on 2012 Commune Council Elections**. Phnom Penh. Oct. Disponível em: <http://www.comfrel.org/eng/components/com_mypublications/files/620271Final_Report_Commune_Elections_2012_Final_Final_06_11_2012.pdf>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- UN DATA. 2014. **Country Profile: Cambodia**. Disponível em: <<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Cambodia>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- UNITED NATIONS. 2004. Trade and Investment Division. **Trade and Investment Policies for the Development of the Information and Communication Technology Sector of the Greater Mekong Subregion**, UN Doc.ST/ESCAP/2336, p. 60. Disponível em: <<https://unp.un.org/details.aspx?entry=E04233>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- _____. 2012. General Assembly. **Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in Cambodia**, Surya P. Subedi, UN Doc. A/HRC/21/63/Add.1/Rev.1, 11 October, p. 49. Disponível em: <http://cambodia.ohchr.org/WebDOCs/DocReports/2-Thematic-Reports/SR_report_on_land_concessions_in_Cambodia_Eng.pdf>. Último acesso em: 2 mar. 2014.
- UNITED NATIONS IN CAMBODIA. 2011. On Press Freedom Day, Consider Cambodia's Digital Divide. May 3. Disponível em: <http://www.un.org.kh/index.php?option=com_content&view=article&id=446:on-press-freedom-day-consider-cambodias-digital-divide&catid=47:features&Itemid=88>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- VIRAK, Ou. 2014. Will Cambodia see a 'spring'? Al Jazeera America, Feb. 21, Washington, Opinion. Disponível em: <<http://america.aljazeera.com/opinions/2014/2/cambodia-arab-springdemocracyprotests.html>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.
- WILLEMYSNS, Alex. 2013. CNRP wins with local and social communications strategy. **The Cambodia Daily**, Phnom Penh, Jul. 31. Elections. Disponível em: <<http://www.cambodiadaily.com/elections/cnrp-wins-with-local-and-social-communications-strategy-37682/>>. Último acesso em: 1 mar. 2014.

NOTAS

1. *Beehive Radio*, *Radio Free Asia*, *Radio Voice of America* e *Radio France International*.
2. O professor Phel Phearun, depois de criticar a polícia, foi intimado e processado por difamação em fevereiro de 2013. Cheth Sovichea foi preso em

- novembro de 2013 devido a um post que criticava a polícia, e também foi ameaçado com acusações de difamação.
3. Em 28 de fevereiro de 2014.
4. Em final de 2013.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ

Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN

Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E A. SCOTT DUPREE

Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND

Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY

A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar Cinco questões no campo dos direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY

Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM

Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE

Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE

Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND

Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY

Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH

Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN

Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA

O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ

Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO

A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN

Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE

O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE

Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA

Direitos humanos e justiça: Pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR

Plano de ação apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE

O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO

Últimos avanços na justiça dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA

Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER

Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN

Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ

Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE

Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN

Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA E LEO ZWAAK

Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN

Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ

O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA

O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE

Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD

Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO

Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER

Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI

O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA

A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES

A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN

Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS

Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTIÇA TRANSICIONAL

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA

Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ

Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E STEPHANIE ERIN BREWER

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSA E DOMINGO LOVERA PARMO

Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

“Crianças muito más”: “Tortura indiana” e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E DAMIEN SHORT

A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

KATHARINE DERDERIAN E LIESBETH SCHOCKAERT

Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009

VÍCTOR ABRAMOVICH

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ
MONSALVE E JAVIER AGUIRRE
ROMÁN

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA
E WEDERSON RUFINO DOS
SANTOS

Deficiência, Direitos Humanos
e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL
O Amor em Tempos de Cólera:
Direitos LGBT na Colômbia

**DIREITOS ECONÔMICOS,
SOCIAIS E CULTURAIS**

MALCOLM LANGFORD
Judicialização dos Direitos
Econômicos, Sociais e Culturais
no Âmbito Nacional: Uma Análise
Socio-Jurídica

ANN BLYBERG
O Caso da Alocação Indevida:
Direitos Econômicos e Sociais e
Orçamento Público

ALDO CALIARI
Comércio, Investimento,
Financiamento e Direitos Humanos:
Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY
A Luta por Responsabilidade das
Empresas no Âmbito das Nações
Unidas e o Futuro da Agenda de
Advocacy

**COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS**

Entrevista com Rindai Chipfunde-
Vava, Diretora da Zimbabwe
Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio
Internacional de Direitos Humanos

SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY
Prefácio

FERNANDO BASCH ET AL.
A Eficácia do Sistema
Interamericano de Proteção
de Direitos Humanos: Uma
Abordagem Quantitativa sobre
seu Funcionamento e sobre o
Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE
Commonwealth of Nations:

Estratégias Intergovernamentais
e Não-governamentais para a
Proteção dos Direitos Humanos em
uma Instituição Pós-colonial

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
DO MILÊNIO**

ANISTIA INTERNACIONAL
Combatendo a Exclusão: Por que os
Direitos Humanos São Essenciais
para os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ
Reflexões sobre o Papel do Forum
Permanente sobre Questões
Indígenas das Nações Unidas
em relação aos Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio

ALICIA ELY YAMIN
Rumo a uma Prestação de Contas
Transformadora: Uma Proposta
de Enfoque com base nos Direitos
Humanos para Dar Cumprimento às
Obrigações Relacionadas à Saúde
Materna

SARAH ZAIDI
Objetivo 6 do Desenvolvimento
do Milênio e o Direito à Saúde:
Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA
Mudança Climática e os Objetivos
de Desenvolvimento do Milênio:
O Direito ao Desenvolvimento,
Cooperação Internacional e o
Mecanismo de Desenvolvimento
Limp

**RESPONSABILIDADE DAS
EMPRESAS**

LINDIWE KNUTSON
O Direito das Vítimas do *apartheid*
a Requerer Indenizações de
Corporações Multinacionais é
Finalmente Reconhecido por
Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ
O Marco Ruggie: Uma Proposta
Adequada para as Obrigações de
Direitos Humanos das Empresas?

SUR 13, v. 7, n. 13, Dez. 2010

GLENDA MEZAROBBA
Entre Reparações, Meias Verdades
e Impunidade: O Difícil Rompimento
com o Legado da Ditadura no Brasil

GERARDO ARCE ARCE
Forças Armadas, Comissão da
Verdade e Justiça Transicional no
Peru

**MECANISMOS REGIONAIS DE
DIREITOS HUMANOS**

FELIPE GONZÁLEZ
As Medidas de Urgência no
Sistema Interamericano de Direitos
Humanos

JUAN CARLOS GUTIÉRREZ E
SILVANO CANTÚ

A Restrição à Jurisdição Militar
nos Sistemas Internacionais de
Proteção dos Direitos Humanos

DEBRA LONG E LUKAS MUNTINGH
O Relator Especial Sobre Prisões e
Condições de Detenção na África e o
Comitê para Prevenção da Tortura
na África: Potencial para Sinergia ou
Inércia?

LUCYLINE NKATHA MURUNGI E
JACQUI GALLINETTI
O Papel das Cortes Sub-Regionais
no Sistema Africano de Direitos
Humanos

MAGNUS KILLANDER
Interpretação dos Tratados
Regionais de Direitos Humanos
ANTONIO M. CISNEROS
DE ALENCAR
Cooperação entre Sistemas Global
e Interamericano de Direitos
Humanos no Âmbito do Mecanismo
de Revisão Periódica Universal

IN MEMORIAM
Kevin Boyle – Um Elo Forte na
Corrente Por Borislav Petranov

SUR 14, v. 8, n. 14, Jun. 2011

MAURÍCIO ALBARRACÍN
CABALLERO
Corte Constitucional e Movimentos
Sociais: O Reconhecimento Judicial
dos Direitos de Casais do Mesmo
Sexo na Colômbia

DANIEL VÁZQUEZ E DOMITILLE
DELAPLACE
Políticas Públicas na Perspectiva de
Direitos Humanos: Um Campo em
Construção

J. PAUL MARTIN
Educação em Direitos Humanos em
Comunidades em Recuperação Após
Grandes Crises Sociais: Lições para
o Haiti

**DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

LUIS FERNANDO ASTORGA
GATJENS
Análise do Artigo 33 da Convenção
da ONU: O Papel Crucial da Im-
plementação e do Monitoramento
Nacionais

LETÍCIA DE CAMPOS VELHO
MARTEL
Adaptação Razoável: O Novo
Conceito sob as Lentes de Uma
Gramática Constitucional Inclusiva

MARTA SCHAFF
Negociando Sexualidade na
Convenção de Direitos das Pessoas
com Deficiência

TOBIAS PIETER VAN REENEN E
HELÉNE COMBRINCK

A Convenção da ONU sobre
os Direitos das Pessoas com
Deficiência na África: Avanços 5
Anos Depois

STELLA C. REICHER

Diversidade Humana e Assimetrias:
Uma Releitura do Contrato Social
sob a Ótica das Capacidades

PETER LUCAS

A Porta Aberta: Cinco Filmes
que Marcaram e Fundaram as
Representações dos Direitos
Humanos para Pessoas com
Deficiência

LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA

Entrevista com Luis Gallegos
Chiriboga, Presidente (2002-2005)
do Comitê *Ad Hoc* que Elaborou a
Convenção Sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência

SUR 15, v. 8, n. 15, Dez. 2011

ZIBA MIR-HOSSEINI

Criminalização da Sexualidade: Leis
de *Zina* como Violência Contra as
Mulheres em Contextos Muçulmanos

LEANDRO MARTINS ZANITELLI

Corporações e Direitos Humanos:
O Debate Entre Voluntaristas
e Obrigacionistas e o Efeito
Solapador das Sanções

ENTREVISTA COM DENISE DORA

Responsável pelo Programa de
Direitos Humanos da Fundação Ford
no Brasil entre 2000 e 2011

IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

MARIA ISSAEVA,
IRINA SERGEEVA E MARIA
SUCHKOVA

Execução das Decisões da Corte
Europeia de Direitos Humanos
na Rússia: Avanços Recentes e
Desafios Atuais

CÁSSIA MARIA ROSATO E
LUDMILA CERQUEIRA
CORREIA

Caso *Damião Ximenes Lopes*:
Mudanças e Desafios Após a
Primeira Condenação do Brasil pela
Corte Interamericana de Direitos
Humanos

DAMIÁN A. GONZÁLEZ-
SALZBERG

A Implementação das Sentenças da
Corte Interamericana de Direitos
Humanos na Argentina: Uma
Análise do Vaivém Jurisprudencial
da Corte Suprema de Justiça da
Nação

MARCIA NINA BERNARDES

Sistema Interamericano de Direitos
Humanos como Esfera Pública
Transnacional: Aspectos Jurídicos
e Políticos da Implementação de
Decisões Internacionais

CADERNO ESPECIAL: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

A Construção de uma Organização
Internacional do/no Sul

SUR 16, v. 9, n. 16, Jun. 2012

PATRICIO GALELLA E CARLOS
ESPÓSITO

As *Entregas Extraordinárias*
na Luta Contra o Terrorismo.
Desaparecimentos Forçados?

BRIDGET CONLEY-ZILKIC

Desafios para Aqueles que
Trabalham na Área de Prevenção e
Resposta ao Genocídio

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS

MACHADO, JOSÉ RODRIGO
RODRIGUEZ, FLAVIO MARQUES
PROL, GABRIELA JUSTINO
DA SILVA, MARINA ZANATA
GANZAROLLI E RENATA DO VALE
ELIAS

Disputando a Aplicação das Leis: A
Constitucionalidade da Lei Maria da
Penha nos Tribunais Brasileiros

SIMON M. WELDEHAIMANOT

A CADHP no Caso *Southern
Cameroon*

ANDRÉ LUIZ SICILIANO

O Papel da Universalização dos
Direitos Humanos e da Migração
na Formação da Nova Governança
Global

SEGURANÇA CIDADÃ E DIREITOS HUMANOS

GINO COSTA

Segurança Pública e Crime
Organizado Transnacional nas
Américas: Situação e Desafios no
Âmbito Interamericano

MANUEL TUFRÓ

Participação Cidadã, Segurança
Democrática e Conflito entre
Culturas Políticas. Primeiras
Observações sobre uma Experiência
na Cidade Autônoma de Buenos
Aires

CELS

A Agenda Atual de Segurança e
Direitos Humanos na Argentina.
Uma Análise do *Centro de Estudos
Legais y Sociales* (CELS)

PEDRO ABRAMOVAY

A Política de Drogas e *A Marcha da
Insensatez*

VISÕES SOBRE AS UNIDADES DE

POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS)
NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Rafael Dias – Pesquisador, Justiça
Global
José Marcelo Zacchi – Pesquisador-
associado do Instituto de Estudos
do Trabalho e Sociedade – IETS

SUR 17, v. 9, n. 17, dez. 2012

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

CÉSAR RODRÍGUEZ GARAVITO,
JUANA KWEITEL E LAURA
TRAJBER WAISBICH

Desenvolvimento e Direitos
Humanos: Algumas Ideias para
Reiniciar o Debate

IRENE BIGLINO, CHRISTOPHE
GOLAY E IVONA TRUSCAN

A Contribuição dos Procedimentos
Especiais da ONU para o Diálogo
entre os Direitos Humanos e o
Desenvolvimento

LUIS CARLOS BUOB CONCHA

Direito à Água: Entendendo
seus Componentes Econômico,
Social e Cultural como Fatores de
Desenvolvimento para os Povos
Índigenas

ANDREA SCETTINI

Por um Novo Paradigma de
Proteção dos Direitos dos Povos
Índigenas: Uma Análise Crítica dos
Parâmetros Estabelecidos pela Corte
Interamericana de Direitos Humanos

SERGES ALAIN DJOYOU KAMGA
E SIYAMBONGA HELEBA

Crescimento Econômico pode
Traduzir-se em Acesso aos Direitos?
Desafios das Instituições da África
do Sul para que o Crescimento
Conduza a Melhores Padrões de
Vida

ENTREVISTA COM SHELDON
LEADER

Empresas Transnacionais
e Direitos Humanos

ALINE ALBUQUERQUE
E DABNEY EVANS

Direito à Saúde no Brasil: Um
Estudo sobre o Sistema de
Apresentação de Relatórios para
os Comitês de Monitoramento de
Tratados

LINDA DARKWA
E PHILIP ATTUQUAYEFIO

Matando Para Proteger? Guardas
da Terra, Subordinação do Estado e
Direitos Humanos em Gana

CRISTINA RÃDOI

A Resposta Ineficaz das
Organizações Internacionais em
Relação à Militarização da Vida das
Mulheres

CARLA DANTAS

Direito de Petição do Indivíduo no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos

SUR 18, v. 10, n. 18, Jun. 2013

INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA

Aaron Swartz e as Batalhas pela Liberdade do Conhecimento

ALBERTO J. CERDA SILVA

Internet Freedom não é Suficiente: Para uma Internet Fundamentada nos Direitos Humanos

FERNANDA RIBEIRO ROSA

Inclusão Digital como Política Pública: Disputas no Campo dos Direitos Humanos

LAURA PAUTASSI

Monitoramento do Acesso à Informação a Partir dos Indicadores de Direitos Humanos

JO-MARIE BURT E CASEY CAGLEY

Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da *Accountability* no Peru

MARISA VIEGAS E SILVA

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: Seis Anos Depois

JÉRÉMIE GILBERT

Direito à Terra como Direito Humano: Argumentos em prol de um Direito Específico à Terra

PÉTALLA BRANDÃO TIMO

Desenvolvimento à Custa de Violações: Impacto de Megaprojetos nos Direitos Humanos no Brasil

DANIEL W. LIANG WANG E OCTAVIO LUIZ MOTTA FERRAZ

Atendendo os mais Necessitados? Acesso à Justiça e o Papel dos Defensores e Promotores Públicos no Litígio Sobre Direito à Saúde na Cidade de São Paulo

OBONYE JONAS

Direitos Humanos, Extradicação e Pena de Morte: Reflexões Sobre o Impasse Entre Botsuana e África Do Sul

ANTONIO MOREIRA MAUÉS

Supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Interpretação Constitucional

SUR 19, v. 10, n. 18, DEZ.. 2013

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

DAVID PETRASEK

Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI

ADRIANA ERTHAL ABDENUR E DANILO MARCONDES DE SOUZA NETO

Cooperação brasileira para o desenvolvimento na África: Qual o papel da democracia e dos direitos humanos?

CARLOS CERDA DUEÑAS

Limites e avanços na incorporação de normas internacionais de direitos humanos no México a partir da reforma constitucional de 2011

ELISA MARA COIMBRA

Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Desafios à implementação das decisões da Corte no Brasil

CONOR FOLEY

A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias

DEISY VENTURA

Saúde pública e política externa brasileira

CAMILA LISSA ASANO

Política externa e direitos humanos em países emergentes: Reflexões a partir do trabalho de uma organização do Sul Global

ENTREVISTA COM MAJA DARUWALA (CHRI) E SUSAN WILDING (CIVICUS)

A política externa das democracias emergentes: Qual o lugar dos direitos humanos? Um olhar sobre a Índia e a África do Sul

DAVID KINLEY

Encontrando liberdade na China: Direitos humanos na economia política

LAURA BETANCUR RESTREPO

A promoção e a proteção dos direitos humanos por meio de clínicas jurídicas e sua relação com os movimentos sociais: Conquistas e desafios no caso da objeção de consciência ao serviço militar obrigatório na Colômbia

ALEXANDRA LOPES DA COSTA

Inquisição contemporânea: Uma história de perseguição criminal, exposição da intimidade e violação de direitos no Brasil

ANA CRISTINA GONZÁLEZ VÉLEZ E VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE

Estudo de caso da Colômbia: Normas sobre aborto para fazer avançar a agenda do Programa de Ação do Cairo